TERRITORIALIDADE COMO FATOR DE IDENTIDADE COLETIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES EM CAXIAS-MA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Leticia Nunes Bastos[1]

Elieyd Sousa de Menezes[2]

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui uma das principais formas de organização social e produtiva do meio rural brasileiro. Além de desempenhar papel fundamental na produção de alimentos, os agricultores familiares mantêm formas específicas de relação com a terra, com os recursos naturais e com os territórios que historicamente ocupam. Nesses contextos, o território não pode ser compreendido apenas como uma base física para a produção agrícola, mas também como espaço de construção de vínculos sociais, memórias coletivas, práticas culturais e formas de pertencimento.

Nas últimas décadas, as transformações decorrentes da expansão do agronegócio, da concentração fundiária e da implementação de grandes projetos econômicos têm provocado mudanças significativas nas dinâmicas territoriais do campo brasileiro. Tais processos afetam diretamente os agricultores familiares, que frequentemente enfrentam dificuldades para garantir o acesso à terra, preservar seus modos de vida e assegurar a reprodução social de suas comunidades. Nesse cenário, a territorialidade emerge como elemento fundamental para compreender as estratégias de resistência e permanência desses grupos em seus territórios.

A literatura antropológica tem demonstrado que o território constitui uma construção social produzida por meio das relações estabelecidas entre grupos humanos e os espaços que ocupam. Mais do que uma delimitação física, o território incorpora dimensões simbólicas, políticas, econômicas e culturais que contribuem para a formação das identidades coletivas. A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas, representações e relações que expressam o pertencimento de um grupo a determinado espaço socialmente construído (Almeida, 2006; Pacheco de Oliveira, 2000).

No município de Caxias, localizado na região leste do Maranhão, diferentes comunidades rurais têm experimentado processos de transformação territorial relacionados à expansão das atividades agropecuárias, à valorização econômica da terra e às disputas pelo controle dos recursos naturais. Nesse contexto, agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais desenvolvem estratégias de permanência e reprodução social que reforçam laços de solidariedade, memória coletiva e identificação com os territórios ocupados.

Partindo dessas considerações, este trabalho tem como objetivo compreender de que maneira a territorialidade contribui para a construção da identidade coletiva dos agricultores familiares em Caxias-MA. Especificamente, busca-se: a) analisar os conceitos de território, territorialidade, territorialização e identidade coletiva presentes na literatura antropológica e interdisciplinar; b) identificar práticas sociais e culturais associadas à construção da identidade coletiva dos agricultores familiares; e c) discutir os desafios enfrentados por esses grupos na manutenção de seus territórios e modos de vida diante das transformações contemporâneas do espaço rural.

A metodologia da pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa. Foram analisadas obras clássicas e contemporâneas sobre território, territorialidade,

1 Discente em Ciências Sociais Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: leticianunesbastos17@gmail.com

2 Orientadora. Doutora em Antropologia Social, Pesquisadora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: elieyd@gmail.com

identidade coletiva e agricultura familiar, bem como trabalhos acadêmicos produzidos sobre comunidades rurais de Caxias-MA e outras experiências brasileiras que possibilitam compreender os processos sociais relacionados à construção de territorialidades específicas. A análise fundamenta-se na interpretação crítica das contribuições teóricas e empíricas identificadas na literatura, buscando estabelecer relações entre os conceitos discutidos e a realidade dos agricultores familiares do município.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de ampliar a compreensão sobre os vínculos entre território e identidade coletiva, destacando a importância da agricultura familiar para a reprodução social, cultural e econômica das populações rurais. Ao discutir as formas pelas quais os agricultores familiares constroem e reafirmam suas territorialidades, o estudo contribui para o debate sobre desenvolvimento rural, direitos territoriais e reconhecimento das diversas formas de ocupação e uso da terra existentes no Maranhão.

METODOLOGIA

O processo de desenvolvimento da presente pesquisa seguiu as seguintes etapas: leitura e fichamento do material bibliográfico, debates e discussões dos textos, levantamento de fontes documentais, arquivísticas, organização e sistematização do material levantado. Com intuito de alcançar os objetivos específicos propostos no plano de trabalho, para atingir o objetivo geral. Foi realizada a leitura de seis textos direcionados pela orientadora: Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização, movimentos sociais e uso comum (Almeida, 2006ª), O poder da Identidade (Castells, 2018), Os (Des)caminhos da identidade (Oliveira, 2000), Identidade, territórios e movimentos sociais na pan-Amazônia (Almeida, 2006b), O Espaço da cidadania e outros reflexos (Santos, 2001), A produção capitalista do espaço (Harvey, 2005).

A metodologia de levantamento de fontes bibliográficas envolveu uma séria de etapas para garantir a identificação e seleção das fontes oportunas para o estudo. O levantamento se deu em primeiro momento pela identificação de palavras-chave e termos relacionados, que pode ser feito por meio da análise de artigos, livros e outros materiais relacionados ao tema.

Após essa etapa, a estratégia de busca utilizada foi pesquisar nos acervos, Google Acadêmico, Scielo, Library Genesis, Domínio Público, Armazém Memória e Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, as palavras chaves relacionadas com o tema como: comunidades quilombolas Caxias maranhão, Caxias Maranhão e comunidades quilombolas, agricultores familiares, identidade coletiva dos agricultores etc.

No Scielo quando pesquisei o termo “comunidades quilombolas Caxias maranhão”, não apareceu resultados, já quando pesquisou “Caxias maranhão”, apareceu quatro artigos, porém todos relacionados a área de biologia. Mas, quando pesquisou pelo termo “comunidades quilombolas” apareceu mais de cem resultados, foi feito a leitura de vinte quatro resumos, foi feito o download de cinco artigos, destes cinco apenas um foi concluído a análise. No google acadêmico pesquisei o termo “comunidades quilombolas Caxias maranhão” apareceu mais de mil resultados, foi feito a leitura de sete resumos, e feito o download de dois artigos.

Além dos acervos virtuais também foi analisado o livro “Conflitos Territoriais e Povos e Comunidades Tradicionais: Descrição etnográfica de territorialidades Específicas”, organizado por Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Patrícia Maria Portela Nunes, Cyntia Carvalho Martins, publicado em 2020. Após a busca, os resultados foram avaliados com base nos critérios predefinidos: o lócus, a atualidade, a identificação da identidade coletiva e outros. Essa etapa foi norteada pelo preenchimento de uma planilha com as principais informações levantadas. Na Tabela 1 constra o modelo da planilha:

Quadro 1- Modelo de planilha utilizada para o levantamento e análise dos TCCs.

Interesse de pesquisa	Termos utilizados na busca	Estratégias de busca	Endereço do material	Autoria	Ano	Título do trabalho	Palavras-chaves do trabalho	Principais Ideias
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

Fonte: Autoras, 2024

Foi feito um levantamento dos TCCS (Trabalho de conclusão de curso) na biblioteca setorial "Vespasiano Ramos", localizada no centro de estudos superiores de Caxias. Os TCCS selecionados foram do curso de história e geografia. A estratégia de busca utilizada foi primeiramente procura nos temas as palavras-chave que se relaciona com o tema como: territorialização, quilombo, comunidade, identidade, povoado e assentamento. Das leituras feitas foram selecionados sete TCCS.

Os TCCS que estão disponíveis na biblioteca são até o ano de 2019, pois após pandemia do COVID-19, passaram a ser digitalizados. Tendo em vista isso, foi necessário ir ao departamento de ciências sociais e filosofia, em busca dos TCCS do curso de ciências sociais, foi disponibilizado uma pasta no google drive, com vinte TCCS, porém apenas um era relacionado com a pesquisa. Com base na avaliação dos resultados, as fontes selecionadas foram incluídas na revisão bibliográfica. Uma vez selecionada, as fontes foram analisadas e sistematizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Território, territorialidade, territorialização e identidade coletiva: contribuições teóricas para compreender os agricultores familiares

A compreensão da relação entre territorialidade e identidade coletiva exige inicialmente uma reflexão sobre a categoria território. Embora amplamente utilizada em diferentes áreas do conhecimento, essa noção ultrapassa a dimensão estritamente geográfica e física do espaço. Nas ciências sociais, o território é entendido como uma construção histórica e social produzida pelas relações estabelecidas entre grupos humanos e os espaços que ocupam, utilizam e significam.

Para Santos (2011), o território não corresponde apenas ao conjunto de objetos materiais presentes em determinada área, mas engloba também os significados, valores e experiências construídos pelos sujeitos que nele vivem. Nessa perspectiva, o território constitui simultaneamente um espaço material e simbólico, onde se desenvolvem práticas econômicas, relações sociais, formas de organização política e manifestações culturais. A apropriação do espaço pelos grupos sociais produz vínculos de pertencimento que ultrapassam a simples utilização econômica da terra.

Essa compreensão dialoga com as formulações de Almeida (2006a), para quem os territórios são construídos historicamente por grupos sociais específicos que desenvolvem formas próprias de uso dos recursos naturais, organização social e reprodução cultural. O autor demonstra que diferentes coletividades produzem territorialidades específicas, associadas às suas trajetórias históricas, às suas experiências de luta e às formas particulares de relação com o ambiente. Assim, o território não é uma realidade dada, mas o resultado de processos sociais contínuos de ocupação, uso e reivindicação do espaço.

Nesse contexto emerge o conceito de territorialidade. Diferentemente do território, que remete ao espaço socialmente apropriado, a territorialidade refere-se ao conjunto de práticas, conhecimentos, representações e relações que expressam o vínculo de um grupo com determinado espaço. Trata-se de um processo dinâmico por meio do qual indivíduos e coletividades constroem sentimentos de pertencimento e mecanismos de controle, defesa e reprodução de seus territórios.

Segundo Almeida (2006a), a territorialidade funciona como fator de identificação, organização e fortalecimento coletivo. Ela manifesta-se por meio dos modos de utilização da terra, dos conhecimentos sobre os ciclos da natureza, das práticas produtivas, das formas de sociabilidade e das memórias compartilhadas pelos grupos sociais. Em outras palavras, a territorialidade representa a dimensão vivida do território, expressando a maneira pela qual as comunidades constroem e reproduzem suas relações com o espaço.

No caso dos agricultores familiares, a territorialidade é construída a partir de práticas cotidianas relacionadas ao cultivo da terra, ao manejo dos recursos naturais, às relações de parentesco e vizinhança e à transmissão intergeracional de conhecimentos. O território torna-se, portanto, um espaço de trabalho, mas também de memória, identidade e pertencimento. É nesse contexto que práticas como o cultivo diversificado, a conservação de sementes crioulas, os mutirões, as trocas de produtos e os conhecimentos sobre o clima e os ciclos agrícolas assumem papel central na reprodução social dessas comunidades.

A noção de territorialidade está intimamente associada ao conceito de territorialização. Para Almeida (2006a), a territorialização corresponde ao processo histórico por meio do qual grupos sociais constroem, consolidam e legitimam sua presença em determinado território. Esse processo envolve disputas políticas, mobilizações coletivas e formas de reconhecimento social que permitem aos grupos afirmar seus direitos sobre os espaços ocupados.

A territorialização não ocorre de maneira homogênea nem linear. Trata-se de um processo marcado por conflitos, negociações e relações de poder. Em diversos contextos rurais brasileiros, agricultores familiares, comunidades quilombolas, povos indígenas e outros grupos tradicionais têm desenvolvido estratégias coletivas para garantir sua permanência em territórios historicamente ameaçados pela expansão do latifúndio, do agronegócio e de grandes projetos econômicos. Assim, a territorialização deve ser compreendida como uma construção permanente, constantemente reafirmada pelas práticas sociais e pelas lutas coletivas.

Essa discussão conduz à categoria identidade coletiva. Conforme argumenta Oliveira (2000), a identidade não constitui uma característica fixa ou natural dos indivíduos, mas um processo social continuamente construído por meio das relações estabelecidas entre sujeitos e grupos. As identidades emergem em contextos históricos específicos e são constantemente redefinidas pelas experiências compartilhadas, pelas relações de pertencimento e pelos processos de diferenciação social.

Almeida (2006b) destaca que a identidade coletiva resulta de processos de autodefinição pelos quais os próprios grupos estabelecem os critérios que orientam seu reconhecimento social. Nesse sentido, a identidade não é determinada por classificações externas, mas construída a partir das formas pelas quais os sujeitos interpretam sua própria trajetória histórica e sua inserção social. A identidade coletiva expressa, portanto, uma consciência compartilhada que fortalece os vínculos internos do grupo e orienta suas ações coletivas.

No universo da agricultura familiar, a identidade coletiva é construída por meio de experiências comuns relacionadas ao trabalho na terra, à organização familiar da produção, à transmissão de conhecimentos tradicionais e à defesa dos territórios ocupados. Os agricultores familiares reconhecem-se como integrantes de uma coletividade que compartilha formas específicas de produzir, viver e se relacionar com a natureza. Esse reconhecimento fortalece laços de solidariedade e favorece a mobilização coletiva diante de situações de conflito ou ameaça territorial.

A articulação entre território, territorialidade, territorialização e identidade coletiva revela que essas categorias não podem ser compreendidas de forma isolada. O território constitui a base material e simbólica da vida social; a territorialidade expressa os vínculos construídos com esse espaço; a territorialização corresponde ao processo histórico de construção e afirmação territorial; e a identidade coletiva emerge das experiências compartilhadas que se desenvolvem nesse contexto.

Para os agricultores familiares dos trabalhos levantados, essas dimensões assumem importância particular, pois a permanência no território representa não apenas uma condição

econômica de reprodução da unidade produtiva, mas também a manutenção de modos de vida, memórias coletivas, saberes tradicionais e relações sociais historicamente construídas. Dessa forma, compreender a territorialidade dos agricultores familiares significa compreender também os processos de construção de suas identidades coletivas e as estratégias mobilizadas para garantir a continuidade de seus territórios frente às transformações contemporâneas do espaço rural.

Levantamento bibliográfico

Os TCCs

Para melhor visualização foi elaborado uma planilha com as principais informações, as palavras-chave utilizada para o levantamento foi: territorialização, quilombo, comunidade, identidade, povoado, assentamento, agricultor familiar. Os tccs encontrados foram até o ano de 2019, pois após o COVID-19, eles passaram a ser digitalizados, tendo em vista isso, foi necessário ir ao departamento de ciências sociais, para solicitar o acesso aos tccs digitalizados do curso de ciências sociais, dos vinte tccs disponibilizados apenas um era relacionado com a pesquisa.

Quadro 2 – TCCs analisados na pesquisa

TÍTULO	AUTOR	CURSO	ANO
Atividades agropecuárias e produção do espaço do assentamento rural Engenho D'água, em Caxias/MA.	Geisa Silva Viera	Geografia	2013
Territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar no povoado morros 2º distrito de Caxias-ma.	Lailson Ramos dos Anjos	Geografia	2017
Sociedade negra quilombola-SNQC: análise do movimento negro em Caxias-MA (1988-1995).	Raimundo Morreria da silva	História	2015
Comunidades negras rurais quilombolas em Caxias-MA: legitimação e afirmação da identidade através da memória histórica.	Nathalia Kelly de Sousa Trindade	História	2017
Entre conflito, fé e política: a história e memória da luta pela posse de terra e atuação das CEB'S no povoado chapada, município de Caxias-MA na década de 1970.	Francisca Sarah da Silva Santos	História	2016
Riquezas culturais e históricas: singularidades do povoado São José dos Mesquitas 2º distrito Caxias-Maranhão (1960-1980).	Leidimar de Maria Silva Medeiros	História	2017
A formação do assentamento rural Caxirimbú Caxias-MA	Fabiana Tridade da Silva	História	2016
Caxirimbu: entre o latifúndio maranhense e a revolução camponesa.	João Marcelo Coutinho Sousa de Siqueira	Ciências Sociais	2024

Fonte: Autoras, 2024

No TCC do Raimundo é analisado o movimento negro em Caxias, contextualizando sua ação na luta pela terra, inserido no referido artigo/Artigo 68 do Ato das disposições constitucionais transitória, aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupam suas terras são reconhecidos a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos

pertinentes, essa ação na luta pela terra é o processo de territorialização do movimento negro.

No da Leidimar a identidade coletiva do povoado São josé dos Mesquitos, pode ser definida pela sua religiosidade, tinha as rezadeiras de terços e outras manifestações religiosas. Já os outros tccs demostram a luta pelo seu território, e no tccs Lailson e João Marcelo expõem como o agronegócio impactou a vida dos moradores dos povoados.

O que esses tccs tem de semelhante é a história de como os agricultores familiares, que também se autodefinem quilombolas ou assentados tiveram que lutar para permanecer no território, os processos de territorialização deles foi longo, cheio de lutas, injustiças, de alguém chegado lá e dizendo que ali não era o lugar deles.

No TCC de João Marcelo, é possível verificar que as práticas tradicionais desempenham um papel central na construção da identidade coletiva dos agricultores familiares, uma vez que condensam saberes transmitidos entre gerações e articulam dimensões sociais, culturais e ambientais da vida no campo. O conhecimento do tempo e do clima, por exemplo, constitui-se como uma tecnologia social fundamental, permitindo planejar o cultivo de acordo com as variações sazonais e os sinais observados na natureza. Esse saber não é apenas prático, mas integra visões de mundo que vinculam a experiência agrícola às relações comunitárias e ao respeito pelo ambiente.

Da mesma forma, o domínio sobre o território, que envolve a escolha dos locais de plantio, o manejo da terra e a preservação de áreas de uso coletivo, expressa territorialidades construídas a partir de vínculos de pertencimento e solidariedade. O conhecimento e a circulação das sementes crioulas fortalecem a autonomia dos agricultores e reafirmam a memória de práticas herdadas dos antepassados, contrapondo-se à dependência de insumos externos. Esse manejo tradicional, associado ao não uso de agrotóxicos, traduz-se em um modelo de produção que prioriza a saúde da comunidade, a preservação ambiental e a continuidade das formas locais de vida.

Assim, a identidade coletiva dos agricultores familiares é tecida a partir da valorização dessas práticas que unem saber empírico, memória social e resistência às lógicas hegemônicas da agricultura industrial e projetos desenvolvimentistas. O conhecimento tradicional do tempo, do clima, do espaço, das sementes e a opção pelo cultivo sem agrotóxicos não apenas orientam a prática agrícola, mas também consolidam a noção de agricultor familiar como sujeito político, capaz de se organizar coletivamente em defesa de seus modos de vida e de seus territórios.

Acervos virtuais

Foram analisados e relacionados dez artigos. Foi preenchido uma planilha com as principais informações levantadas. Além dos acervos virtuais também foi analisado o livro "Conflitos Territoriais e Povos e Comunidades Tradicionais: Descrição etnográfica de territorialidades Específicas", organizado por Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Patrícia Maria Portela Nunes, Cyntia Carvalho Martins, publicado em 2020.

No artigo "Tradições e saberes do povo do quilombo jenipapo, Caxias-Maranhão", os autores afirmam que foi possível constatar que as "manifestações culturais estão se perdendo com o passar do tempo e que os jovens quilombolas ou os responsáveis pelas políticas públicas em cultura, não tem interesse em mantê-las." (Melo et.al. 2022, p. 5).

Pode-se observar que a identidade coletiva se manifestam nos diversos tipos de danças, as de origem africana, brasileira ou tipicamente maranhense como: bumba meu boi, tambor de crioula, quadrilha junina e outras. Além disso eles são muito conectados com a natureza e tem uma religiosidade muito forte. O artigo de Pinto, "as relações territoriais e controle dos recursos naturais: panema, assombrados e formas de cura", onde ele investiga a comunidade quilombola denominada Brasília, no município de Serrano do Maranhão

> Na construção da territorialidade estão presentes noções ligadas ao uso dos rios e das florestas, associados a seres protetores e que controlam o uso racional dos recursos naturais. Elaboram categorias próprias para designar tais seres, nem sempre associados ao sobrenatural, já que estão presentes no dia-a-dia das práticas sociais. (Pinto, 2020, p.164)

As crenças e tradições se expressam e revelam dinamicamente na organização social, demonstrando a complexidade dos diversos elementos que compreendem um território, e por meio da construção da identidade os agentes sociais se posicionam como sujeitos de sua história. (Pinto, 2020, p.166)

No artigo "O território quilombola, em comunidades no interior do nordeste do Brasil: caracterização socioeconômica e estrutural preliminar", os autores descrevem que a um baixo percentual dos indivíduos que se declaram negros em uma comunidade quilombola, a grande maioria se considera de cor parda, isto em comparação com outras comunidades, o processo de autodefinição deve ser compreendido pelos aspectos que envolvem a construção local, histórica e cultural. (Lima et.al 2021, p.9)

No trabalho "A vida no quilombo: trabalho, afeto e cuidado nas palavras e imagens de mulheres quilombolas", o artigo reflete como as mulheres do quilombo da Pinguela, constrói sua identidade. "Para as mulheres desse quilombo, a terra não é apenas o chão, mas possui significado e tem uma dimensão ancestral" (Pereira; Magalhães, 2022, p.4) a relação delas com o território e de respeito e harmonia. Este artigo tem relação com o da autora Seabra, "Mulheres e a Comunidade de Mutum II: Caminhos de liberdade frente aos corredores logísticos da morte na Amazônia oriental", onde "a relação com o mato, com os bichos, e com as palmeiras é muito valorizada nas vidas das pessoas na comunidade e permeia muitas das narrativas de histórias de resistência às ameaças que se impõem sobre suas existências." (Seabra, 2020, p.87, grifo do autor), neste artigo a Dona Flor e a protagonista, e na construção conceitual dela, "o Cocal costumava ser o seu maior patrimônio sabia onde estava cada palmeira, pois lá era onde as mulheres e crianças montavam um verdadeiro acampamento das quebradeiras: segundo ela, mais de 30 mulheres e suas crianças se reuniam lá para coletar e quebrar coco" (Seabra 2020, p.94, grifo do autor).

O estudo "Consciência crítica e resistência: reflexões freirianas sobre a formação do movimento agroecológico em Araponga, Minas Gerais, Brasil", foi publicado em 2022, de acordo com Naves e Fontoura :

> A partir da década de 1980, as possibilidades de novas parcerias diminuíram, muitos fazendeiros destinaram terras agrícolas para a pecuária e intensificaram o controle sobre o trabalho dos agricultores familiares, levando a um aumento do êxodo rural. O modelo hegemônico do agronegócio, quando aplicado por agricultores familiares que possuíam terra, impossibilitou que vivessem da atividade agrícola. (2022, p.296)

Este artigo dialoga com os tccs de Lailson e João Marcelo, de como o agronegócio prejudicou as comunidades. Em Araponga foi criado organizações para criar projetos, porém estas organizações passaram a não atender a necessidade deles, e os agricultores familiares não aceitaram isso, "os trabalhadores rurais, mesmo sem acesso à terra, se identificavam como agricultores familiares e queriam uma organização para apoiá-los" (Naves e Fontoura, 2022, p.297). E foi através do reconhecimento da identidade e do papel dos agricultores familiares, que eles desenvolveram uma proposta de compra coletiva de terra, o processo envolve um grupo de agricultores sem-terra ou trabalhadores rurais organizados por laços de solidariedade, que fornecem produtos agrícolas e recursos financeiros que são utilizados na compra coletiva de terras, essas terras são divididas, e alguns espaços podem ser definidos para uso coletivo (op. cit. p.298).

> Nesse processo, os agricultores familiares fortaleceram sua identidade, o que levou a adaptações e mudanças nas estratégias das organizações que os apoiam, bem como o desenvolvimento de uma estratégia que representou uma ruptura com a opressão dos grandes proprietários. Acima de tudo, a participação, os projetos e as decisões das quais eles se tornaram protagonistas revelaram a possibilidade de construir identidades comuns com autonomia. (Naves e Fontoura, p.298)

Já a pesquisa sobre "Realidade territorial de unidades familiares no semiárido brasileiro", foi publicado em 2016, o autor comenta como os agricultores familiares têm que lutar pelo seu território:

> A questão do acesso a terra ainda é um grande entrave para o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar brasileira, que procura em seu limitado território buscar meios e técnicas que viabilizem sua maior exploração para proporcionar sua manutenção e reprodução no campo. (Vidal e Santos, 2016, p.68)

A autora também argumentou que os agricultores diversificarem suas atividades produtivas para aumenta suas vendas, porém a autora não mostra em seu artigo nenhuma fala dos entrevistados, além disso ela disse que "os produtores necessitam de auxílio, externo à sua organização coletiva, o qual lhes permita ter uma maior eficiência produtiva".

O artigo "Agricultura familiar no maranhão: uma análise do censo agropecuário", publicado em 2017, os autores analisaram as caracterizações dos estabelecimentos agropecuários; o perfil dos chefes dos estabelecimentos agropecuários; as características do conjunto do pessoal ocupado pela agricultura familiar; a dinâmica da produção agropecuária no maranhão e a movimentação financeira dos estabelecimentos da agricultura familiar.

A partir da análise dos dados do censo agropecuário de 2017, eles observaram o caso expansão da lavoura da soja, do crescimento da pecuária leiteira e da retração de produtos da lavoura temporária, tradicionalmente praticada pela agricultura familiar (arroz e mandioca). Além disso, os autores argumentam que a agricultura familiar maranhense é, de longe, a principal forma de organização das atividades no Estado.

> Quando se considera o pessoal ocupado na agricultura familiar segundo os grupos de atividade, pode-se verificar que as lavouras temporárias representam a atividade que gera o maior número de ocupações na agricultura maranhense (51,78%), vindo em seguida a criação de pequenos e grandes animais (37,66%), principalmente a pecuária bovina (262.575 pessoas), e o manejo de florestas naturais (6,28), como no caso do extrativismo do coco babaçu e da produção do carvão vegetal. (Santos et al. ,2020, p.63)

Menasche *et al* em "Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação", publicado em 2008, as famílias entrevistadas estavam localizadas em jacarezinho, e a maior parte disse que as refeições são preparadas a partir de alimentos produzidos na propriedade e eles não utilizavam insumos químicos. Além disso, eles trocam os alimentos que "sobra", e isso faz com que eles tenham uma variedade de alimentos:

> Pode-se identificar uma espécie de divisão complementar da produção, que evidenciaria a não fortuidade da existência de sobras, em que as trocas garantem que todos tenham uma maior variedade de tipos de alimentos disponíveis, em bora não pareça haver qualquer espécie de cálculo ou de preocupação em medir quanto foi trocado, em estabelecer valores equivalentes de troca ou sincronização das trocas. (Menasche *et al*. 2008. P.152)

A carne é o alimento que eles mais trocam, e isto fez com que este alimento tivesse uma grandeza de valor, que estimula a continuidade da troca como expressão da reciprocidade: o dom corresponde à valorização cultural atribuída a um dado ali mento pelo grupo social (*op*

.cit. p.153). Os entrevistados também dizerem que sua principal contribuição à sociedade está relacionada à produção de alimentos:

> É assim que reconhecem seu lugar no mundo: o lugar daqueles que produzem a comida. Isso em uma sociedade em que o rural é associado à idéia de atraso; em que os modos de falar, vestir e agir da gente da terra são, no contato com os citadinos, historicamente depreciados; em que aqueles que vivem e trabalham no campo são classificados como cidadãos de segunda categoria (*op. Cit*. P.157).

Lima (2021) assevera que "a identidade de cada indivíduo tem origens junto às atividades e locais por ele conhecidos" (Lima, 2021, p. 37), e isso se dá a partir da noção de pertencer ao território, segundo o autor Pinto (2020, p.166) "a noção de pertencer ao território é mais do que possuir este, é vivenciá-lo, tornando-se parte dele, afirmar uma identidade construída coletivamente." Lima fala que "agricultura familiar, pensaríamos em produção em pequenas propriedades, com ausência de alta tecnologia, sem o aporte financeiro de instituições bancárias, praticando a policultura. Tudo isso para suprir as necessidades imediatas de seu grupo familiar. (op cit., p.38).

Terra (2019, p.177) aponta que "para o camponês, o território é carregado de identidade, características e complexidades, pois ele tem na unidade de produção familiar a centralidade do seu trabalho e mão de obra, sempre ligado a terra/território, seja por afeto ou cultivo, e não busca acúmulo de capital."

> A paisagem característica do território camponês, que resiste ao agronegócio, é pequena, e o cultivo diversificado de alimentos, como arroz, feijão, milho e mandioca, é a base de sua produção e também de sua alimentação. No município de Balsas, os agricultores camponeses que vivem dessa forma de produção são forçados a ceder espaço à monocultura da soja, ou a vender suas terras para os grandes produtores de commodities, o que os obriga a se deslocarem para a periferia da cidade e/ou dos municípios circunvizinhos, e até para outras regiões. (op cit. P.178)

Como pode se observar na citação acima, Balsas foi um dos municípios mais afetados pelo agronegócio. Além disso, tem a concentração de terras na mão de poucos, e as pessoas que dependem dessa terra para produção e sua reprodução social, não dispõe dela para suas atividades (Terra, 2019, p.179).

> A luta do agricultor camponês contra o crescimento do agronegócio sobre suas terras é para ele uma forma de se manter com seus próprios meios e suas próprias características de vida e de produção, para assim poder ser o compositor da sua própria história e não submeter sua vida aos ditames do grande capital. (op cit. P.180-181)

No artigo de Souza, "Conhecimentos tradicionais, resistência e luta política: as contribuições dos povos indígenas para a preservação da Amazônia maranhense", o autor fala que:

> A intensificação das estratégias e da violência utilizada pelos grupos empresariais, sobretudo aqueles vinculados ao agronegócio, para apropriarem-se das áreas de floresta do oeste maranhense, forçaram os indígenas dessa região a organizarem-se coletivamente e de diferentes maneiras, através de mobilizações internas, articulações com movimentos sociais, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, além da doação de formas inovadoras de representação política e gestão territorial. (Souza, 2020, p.78)

Esses são os desafios enfrentados pelos agentes sociais, que luta pelo seu território, e com o passar do tempo estão perdendo para o agronegócio, a história deles já inicia por luta pelo reconhecimento.

A análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), artigos científicos e descrições etnográficas selecionados permitiu identificar elementos recorrentes que relacionam territorialidade e construção da identidade coletiva entre agricultores familiares e outras comunidades rurais. Embora os estudos analisados contemplem diferentes contextos sociais e territoriais, observa-se a presença de experiências comuns associadas ao pertencimento territorial, às práticas produtivas tradicionais, às formas de organização comunitária e aos processos de resistência diante de ameaças externas.

Os trabalhos produzidos sobre o município de Caxias-MA revelam que a trajetória histórica das comunidades rurais está profundamente vinculada às disputas pela terra e à construção de formas coletivas de permanência no território. Estudos sobre assentamentos rurais, comunidades quilombolas e povoados tradicionais demonstram que a ocupação e o uso da terra não constituem apenas uma estratégia econômica de sobrevivência, mas também um elemento fundamental para a reprodução das relações sociais e culturais dessas populações.

Em diferentes pesquisas analisadas, o território aparece como espaço de memória coletiva, onde são preservadas narrativas sobre a origem das comunidades, experiências de luta pelo acesso à terra e formas tradicionais de organização social. Essa dimensão histórica fortalece sentimentos de pertencimento e contribui para a construção de identidades coletivas compartilhadas pelos moradores. A permanência no território torna-se, assim, um componente central da continuidade dos modos de vida rurais.

Outro aspecto recorrente identificado na literatura refere-se à importância dos conhecimentos tradicionais na constituição da identidade coletiva. Diversos estudos apontam que agricultores familiares desenvolvem formas específicas de interação com a natureza, baseadas em saberes transmitidos entre gerações. Esses conhecimentos envolvem a observação dos ciclos climáticos, o manejo dos recursos naturais, a seleção de sementes, a diversificação dos cultivos e a utilização de técnicas produtivas adaptadas às condições locais.

No caso dos agricultores familiares, tais práticas não possuem apenas função econômica. Elas representam formas de conhecimento socialmente construídas e compartilhadas pela comunidade, constituindo importantes mecanismos de fortalecimento identitário. O domínio desses saberes diferencia os agricultores familiares de outros modelos produtivos e reforça sua vinculação histórica com o território.

A literatura levantadas até aqui também evidencia a relevância das redes de solidariedade e reciprocidade na construção das territorialidades rurais. As relações de parentesco, vizinhança, ajuda mútua e trabalho coletivo aparecem como elementos fundamentais para a organização da vida comunitária. Em muitas localidades, práticas como mutirões, trocas de produtos, compartilhamento de sementes e cooperação entre famílias fortalecem os vínculos sociais e ampliam os mecanismos de reprodução coletiva.

Essas relações contribuem para a formação de uma identidade coletiva baseada não apenas na ocupação de um mesmo espaço, mas também na partilha de experiências, valores e objetivos comuns. A comunidade passa a reconhecer-se como sujeito coletivo capaz de enfrentar desafios e defender interesses compartilhados.

Os estudos analisados demonstram ainda que os processos de territorialização estão frequentemente associados a situações de conflito. Em diferentes regiões do Maranhão e do Brasil, agricultores familiares têm enfrentado pressões decorrentes da expansão do agronegócio, da concentração fundiária e da valorização econômica da terra. Tais processos provocam transformações significativas nas dinâmicas territoriais locais e podem comprometer formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais.

Os casos estudados em Caxias-MA e em outros municípios maranhenses evidenciam que a expansão das monoculturas e a intensificação das atividades agropecuárias em larga escala produzem impactos sobre as populações rurais, reduzindo áreas disponíveis para a agricultura familiar e ampliando disputas pelo acesso à terra. Diante dessas ameaças, os agricultores familiares desenvolvem estratégias de resistência que incluem mobilização comunitária, fortalecimento das organizações locais e reafirmação de suas identidades coletivas.

Nesse contexto, a identidade coletiva adquire importante dimensão política. Ao se reconhecerem como agricultores familiares, assentados, quilombolas ou integrantes de comunidades tradicionais, os grupos sociais constroem mecanismos de representação capazes de fortalecer suas reivindicações territoriais. A identidade deixa de ser apenas uma forma de pertencimento cultural e passa a constituir instrumento de mobilização social e defesa de direitos.

Os resultados do levantamento bibliográfico permitem afirmar que territorialidade e identidade coletiva são processos profundamente interdependentes. A territorialidade é construída por meio das práticas sociais, dos conhecimentos tradicionais, das relações comunitárias e das experiências históricas desenvolvidas pelos agricultores familiares. Simultaneamente, essas mesmas experiências contribuem para a formação de identidades coletivas que reforçam os vínculos de pertencimento ao território e sustentam as estratégias de resistência diante das transformações contemporâneas do espaço rural.

Assim, os estudos analisados indicam que a identidade coletiva dos agricultores familiares não pode ser compreendida separadamente de suas territorialidades. Ambas são produzidas historicamente em processos marcados pela interação com a terra, pela construção de laços comunitários e pela defesa dos territórios necessários à reprodução social, econômica e cultural dessas populações.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscamos compreender a relação entre territorialidade e a construção da identidade coletiva 'agricultor familiar', e percebemos que elas estão entrelaçadas, e cada um tem uma territorialidade específica que constituem formas próprias de apropriação e uso da natureza.

Pode-se observar a escassez de fontes documentais, arquivísticas na biblioteca setorial "Vespasiano ramos", e em acervos virtuais sobre o tema da pesquisa em Caxias Maranhão, o que causou supressa foi do curso de ciências sociais não tem uma quantidade significativa de tccs relacionados a pesquisa, tendo mais tccs relacionados à docência, mesmo com essa escassez de fontes documentais, foi possível alcançar os objetivos da pesquisa, e perceber a importância dessa pesquisa para sociedade.

Os resultados demostram com clareza o processo de territorialização e como as comunidades têm uma territorialidade especifica, sendo uma diferente da outra, porém com processos de territorialização semelhante, na luta pelo seu território, e tendo que comprovar pela justiça que aquele território que eles vivem e seu, sendo que é um direito de eles permanecer onde estão, e essa luta está presente em toda o Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UEMA) pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006a. p. 25-127.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia**. *In*: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia*. Belém: UNAMAZ, 2006b. p. 60-68.

CHEUNG, Thelma Lucchese. **Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e o território como referência para estudar o caso do município de Terenos, MS**. *Interações*, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 189-195, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1518-70122013000200005. Acesso em: 26 mar. 2025.

LIMA, Luciana Batista; MELO, Alyne Freire; BARBOSA, Douglas Rafael; BARBOSA, Silva. **O território quilombola em comunidades do interior do nordeste brasileiro: caracterização socioeconômica e estrutural preliminar**. *Research, Society and Development*, v. 13, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20899. Acesso em: 20 dez. 2024.

LIMA, Ricardo Everton. **Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico**. *Ensaios de Geografia*, v. 7, n. 13, p. 31-42, 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/7484/748481109003.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

MELO, Alyne Freire de; FIGUEIREDO, Luciano Silva; NETO, José Rodrigues Almeida; BARROS, Roseli Farias Melo. **Tradições e saberes do povo do Quilombo Jenipapo, Caxias-Maranhão**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 9, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31632. Acesso em: 20 dez. 2024.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Chorão; ZANETTI, Cândia. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. *Revista de Nutrição*, Campinas, p. 145-158, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700013. Acesso em: 23 abr. 2025.

NAVES, Flávia; FONTOURA, Yuna. **Consciência crítica e resistência: reflexões freirianas sobre a formação do movimento agroecológico em Araponga, Minas Gerais, Brasil**. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 289-301, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120210081. Acesso em: 26 mar. 2025.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Os (des)caminhos da identidade**. [S. l.: s. n.], 2000. p. 7-21.

PEREIRA, Amanda dos Santos; MAGALHÃES, Lilian. **A vida no quilombo: trabalho, afeto e cuidado nas palavras e imagens de mulheres quilombolas**. *Interface*, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.210788. Acesso em: 24 jan. 2025.

PINTO, Regiane. **As relações territoriais e controle dos recursos naturais: panema, assombrados e formas de cura**. *In*: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; NUNES, Patrícia Maria Portela; MARTINS, Cynthia Carvalho (org.). *Conflitos territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidades específicas*. São Luís: EDUEMA, 2020. p. 163-178.

SANTOS, Itaan Pastor; CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MATTOS, José Sampaio de; FURTADO, Carlos Augusto de Oliveira. **Agricultura familiar no Maranhão: uma breve análise do censo agropecuário 2017**. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 51, p. 55-70, 2020. Disponível em: https://bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1262. Acesso em: 15 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **O espaço revelador: alienação e desalienação**. *In*: SANTOS, Milton. *O espaço da cidadania e outras reflexões*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. p. 136-144.

SEABRA, Joana Emmerick. **Mulheres e a comunidade de Mutum II: caminhos de liberdade frente aos corredores logísticos da morte na Amazônia Oriental**. *In*: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; NUNES, Patrícia Maria Portela; MARTINS, Cynthia Carvalho (org.). *Conflitos territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidades específicas*. São Luís: EDUEMA, 2020. p. 85-112.

SOUZA, Laís Gonçalves. **Conhecimentos tradicionais, resistência e luta política: as contribuições dos povos indígenas para a preservação da Amazônia maranhense**. *In*: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; NUNES, Patrícia Maria Portela; MARTINS, Cynthia Carvalho (org.). *Conflitos territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidades específicas*. São Luís: EDUEMA, 2020. p. 59-84.

TERRA, Ademir. **A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio no município de Balsas, Maranhão**. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 37, n. 3, p. 170-187, 2019. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/be18/22dea413a5647429c48469de61c7cb1ba5bc.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

VIDAL, Déa de Lima; SANTOS, Daniel Paraguay Alves dos. **Realidade territorial de unidades familiares no semiárido brasileiro**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 55-83, 2016. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/article/view/105992. Acesso em: 1 abr. 2025.